



PARECER JURÍDICO N.º 0141/2018 - AJM

REFERÊNCIA: Processo Administrativo n.º 01905/2018 (Pregão Presencial n.º 022/2018).

NATUREZA JURÍDICA: Procedimento licitatório na modalidade pregão.

ÓRGÃOS SOLICITANTES: Secretaria de Administração, Planejamento e Controle Interno | Secretaria de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo | Fundo Municipal de Saúde – FMS | Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS | Secretaria de serviços urbanos, obras e transportes.

CONSULENTE: Pregoeiro | Comissão Permanente de Licitação (CPL).

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Coronel João Pessoa/RN.

OBJETO: Registro de preço para futura aquisição fracionada de peças originais ou genuínas, para suprir as necessidades dos veículos da frota municipal, sendo veículos leves, pesados e motocicletas; conforme as especificações técnicas definidas no termo de referência.

EMENTA: Direito Administrativo | Licitação na Modalidade Pregão Presencial | Registro de preço para futura aquisição fracionada de peças originais ou genuínas, para suprir as necessidades dos veículos da frota municipal, sendo veículos leves, pesados e motocicletas, conforme as especificações técnicas definidas no termo de referência | Plano da legalidade | Análise jurídica prévia da minuta do edital e seus anexos | Verificação dos requisitos legais previstos na Lei n.º 8.666/93 | Fundamentação com base na Lei n.º 10.520/02 | Fase interna.

RELATÓRIO

Trata-se de consulta solicitada pelo pregoeiro da CPL para apreciação do processo administrativo n.º 01905/2018, em relação a análise jurídico-formal da fase interna do procedimento de Pregão Presencial n.º 022/2018, requerida originalmente pela Secretaria de Administração, Planejamento e Controle Interno | Secretaria de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo | Fundo Municipal de Saúde – FMS | Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS | Secretaria de serviços



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL



urbanos, obras e transportes, com vistas a realização de Registro de preço para futura aquisição fracionada de peças originais ou genuínas, para suprir as necessidades dos veículos da frota municipal, sendo veículos leves, pesados e motocicletas, visando, com isso, atender às demandas da gestão administrativa do Município de Coronel João Pessoa/RN em relação a necessidade de conservar os veículos oficiais utilizados em serviços externos ou internos da administração, corretivamente ou preventivamente, reduzindo-se, com isso, os gastos de manutenção, conforme termo de referência acostado nas folhas 08 a 22.

O referido Processo Administrativo encontra-se devidamente instruído com Memorando de Solicitação n.º 66/2018, 69/2018, 39/2018, 17/2018 e 68/2018, datados respectivamente de 18/09/2018, 20/09/2018, 19/09/2018 e 30/08/2018, (Fls. 02 a 06); Despacho de aprovação do ordenador de despesa encaminhando a solicitação para realização de termo de referência, datado de 20/09/2018 (Fl. 07); Termo de referência, datado de 21/09/2018 (Fls. 08 a 22); Despacho de encaminhamento do termo de referência para conhecimento do ordenador de despesa, datada de 21/09/2018 (Fl. 23); Despacho de aprovação do termo de referência e de encaminhamento para o setor responsável realizar a coleta de preços, datado de 21/09/2018 (Fl. 24); Orçamento estimativo realizado através de pesquisa mercadológica (Fls. 25 a 54); Despacho do Secretário de Finanças e Orçamento, encaminhando a coleta e a estimativa de preços para análise do ordenador de despesas, datado de 30/10/2018 (Fl. 55); Despacho datado de 30/10/2018 do ordenador de despesas solicitando a manifestação necessária a respeito da dotação orçamentária para cobertura das despesas (Fl. 56); Despacho indicando a dotação orçamentária, datado de 05/11/2018 (Fl. 57); Declaração de adequação orçamentária e financeira datada de 05/11/2018 (Fl. 58); Autorização de abertura do procedimento administrativo de licitação na modalidade pregão, protocolo e autuação processual, emitida no dia 13/11/2018 (Fls. 59); Protocolo de abertura processual n.º 01905/2018, datado de 13/11/2018 (Fls. 60 e 61); Autuação processual, datada de 27/11/2018 (Fl. 62); Portarias n.º 0115/2018 e 0137, publicadas, respectivamente, nos dias 03/09/2018 e 23/10/2018 (Fl. 63 e 64); Minuta do Edital de Pregão Presencial e seus anexos (Fls. 65 a 104); justificativa para escolha da modalidade pregão presencial, datado de 27/11/2018 (Fl. 105 e 106).

Desse modo, após conclusão da minuta do instrumento convocatório, os autos foram remetidos a esta Assessoria Jurídica, com vistas à emissão de parecer, em consonância com o despacho exarado na folha 107 e atentando-se para as disposições legais alocadas no Art. 38, inciso

Camila Vanessa de Queiroz Vidal
Assessora Jurídica - OAB/RN 12.324
Matricula nº 130.517-4



VI, da Lei n.º 8.666/93¹ e no Art. 4º, inciso VI, alínea "a", item 4, da Instrução Normativa do Controle Interno do Município de Coronel João Pessoa n.º 001/2017².

É o relatório.

Passo a opinar.

8 FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar que as aquisições de bens e serviços pela Administração se darão por meio de procedimento licitatório, de acordo com o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988³.

¹ * Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

VI - Pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

² Instrução Normativa do Controle Interno do Município de Coronel João Pessoa n.º 001, de 03 de Janeiro de 2017

Art. 4º

(...)

VI - Autos do processo licitatório ou, quando for o caso, do procedimento de dispensa ou inexigibilidade de licitação, elaborados na conformidade com os ditames da Lei Nacional n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, ou da Lei Nacional n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, dos quais devem constar, pelo menos, os seguintes atos essenciais:

a) em caso de licitação:

(...)

4. O parecer da assessoria jurídica do órgão ou entidade contratante, com a manifestação acerca do exame e aprovação das minutas, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei Nacional n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;

³ * Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL



A Lei nº 10.520/02 instituiu, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios a modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, definidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade passam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Nesse sentido, é cediço que, diferentemente da Lei de Licitações, onde a eleição da modalidade de licitação cabível, a rigor, opera-se por meio da análise do valor estimado para a contratação, o pregão, nos termos do que dispõe o *caput* do artigo 1º, da Lei nº 10.520/02, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado para a contratação, o pressuposto legal para o cabimento do pregão, destarte, é a caracterização do objeto do certame como "comum".

O Sistema de Registro de Preços, por sua vez, representa o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras. Em outras palavras, o registro de preços é o sistema de compras pelo qual os interessados em fornecer materiais, equipamentos ou serviços ao poder público concordam em manter os valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período e fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo previamente estabelecido. No entanto, é importante ressaltar que a Administração Pública não é obrigada a contratar quaisquer dos itens registrados.

Na esfera federal, o assunto é tratado pelo Decreto nº 7.892/2013, que revogou os Decretos nº 3.931/2001 e Decreto nº 4.342/2002. Contudo, há que se ressaltar que o § 3º, do art. 15, da Lei nº 8.666/1993 é autoaplicável, assim, os estados e municípios podem realizar licitação por meio de registro de preços mesmo sem as respectivas regulamentações por decretos. No entanto, deverão disciplinar no edital da licitação todos os requisitos necessários para realização do certame por SRP.

O Superior Tribunal de Justiça, por intermédio de sua Segunda Turma, São Paulo, proferiu decisão no MS nº 15.647, transcrito abaixo, no sentido da auto aplicabilidade do referido art. 15 e das limitações possíveis em face do § 3º, art. 15 da Lei nº 8.666/1993.

Decisão no MS nº 15.647 Administrativo - Licitação - Sistema de Registro de Preço:
Artigo 15, Lei 8.666/1993 - Limitações.

1. O regime de licitações por registro de preços foi ampliado pelos Decretos Regulamentadores nºs 3.931/2001 e 4.342/2002, sendo extensivo não só a compras, mas a serviços e obras.

Camila Vanessa de Queiroz Vidal
Assessora Jurídica - OAB/RN 12.324
Matrícula nº 130.517-4



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL



2. Embora autoaplicável, o art. 15 da Lei 8.666/93 pode sofrer limitações por regulamento estadual ou municipal, como previsto no § 3º.
3. Sociedade de economia mista que, na ausência de norma própria, submete-se aos limites municipais, se não contrariarem eles a Lei de Licitações.
4. Legalidade do Decreto nº 17.914/93, do Município de São Paulo, que afastou a incidência do registro de preço para a execução de obras.
5. Recurso ordinário improvido.

Por tais razões, faz-se necessário salientar que o Art. 3º do Decreto nº 7.892/2013 estabelece as hipóteses em que a Administração Pública pode utilizar o SRP, vejamos:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

[Grifo nosso]

No caso em análise, a escolha do Sistema de Registro de Preço fez-se em decorrência das características dos bens a serem adquiridos que ensejam contratações frequentes, além do objeto licitatório ter previsão de entregas parceladas e contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa, buscando-se, com isso, o atendimento a real necessidade do município no que tange a execução da contratação de mão de obra e aquisição de peças para conserto e manutenção dos veículos da prefeitura municipal de Coronel João Pessoa/RN.

In casu, verifica-se que o Interessado ao se propor a realizar licitação na modalidade pregão através de registro de preço para contratação de mão de obra e aquisição de peças para conserto e manutenção dos veículos que integram a frota do Município Coronel João Pessoa/RN, ajustou-se aos recursos orçamentários e as reais necessidades da administração pública em relação a um período de 12 (doze) meses, contado a partir da data de publicação da respectiva ata de registro de preços, consoante se extrai do item 18.6 da Minuta do Edital em análise.

Camila Vanessa de Queiroz Vidal
Assessora Jurídica - OAB/RN 12.324
Matrícula nº 130.517-4



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL



Desse modo, ressalta-se que a fase preparatória do pregão destinado ao referido objeto licitatório encontra disciplina legal no Art. 3^o da Lei n.º 10.520/2002, segundo o qual a autoridade competente, entre outras especificações, deverá justificar a necessidade de contratação e definir o objeto do certame, com a indicação do respectivo preço.

Com efeito, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato são elementos integrantes do instrumento convocatório, porquanto sua análise resta absorvida pelo exame e aprovação jurídica deste.

Destarte, a par desses elementos editalícios, a fase preparatória do pregão destinado a registro de preços pode ser sinteticamente compartimentada nos seguintes grupos: (1) justificativa para o registro de preços, (2) definição do objeto e (3) aferição do preço de mercado.

Inicialmente, cumpre distinguir justificativa para registro de preços de justificativa para aquisição de bens, pois, enquanto esta decorre de uma necessidade imediata da Administração, aquela reflete uma necessidade mediata. A fim de aclarar tal distinção é oportuno trazer à baila o elucidativo paralelo estabelecido pelo ilustre professor Marçal Justen Filho entre o sistema de registro de preços e os meios comuns de contratação, *in verbis*:

No sistema de registro de preços, a principal diferença reside no objeto da licitação. Usualmente, a licitação destina-se a selecionar um fornecedor e uma proposta para uma contratação específica, a ser efetivada posteriormente pela Administração. No registro de preços, a licitação destina-se a selecionar fornecedor e proposta para

*** * Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002**

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

§ 1º A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.

§ 2º No âmbito do Ministério da Defesa, as funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio poderão ser desempenhadas por militares.

Camila Vanessa de Queiroz Vidal
Assessora Jurídica - OAB/RN 12.324
Matrícula nº 130.517-4



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL



contratações não específicas, seriadas, que poderão ser realizadas durante um certo período; por repetidas vezes. A proposta selecionada fica à disposição da Administração que, se e quando desejar adquirir, valer-se-á dos preços registrados, tantas vezes quantas o desejar (dentro dos limites estabelecidos no ato convocatório)
[Grifo nosso]

No caso em análise, encontra-se justificativa administrativa consignada no termo de referência de fls. 08 a 22, com vistas à realização de registro de preço para futura aquisição fracionada de peças originais ou genuínas, para suprir as necessidades dos veículos da frota municipal, sendo veículos leves, pesados e motocicletas, no intuito de atender às demandas da gestão administrativa do Município de Coronel João Pessoa/RN em relação a necessidade de conservar os veículos oficiais utilizados em serviços externos ou internos da administração, corretivamente ou preventivamente, reduzindo-se, com isso, os gastos de manutenção.

Por isso, salienta-se também que, em relação a Minuta do instrumento convocatório do pregão presencial, constatou-se a contemplação das Leis n.º 8.666/93 e 10.520/2002, havendo sido consignado a especificação do objeto da licitação e dos anexos do edital; condições quanto ao local, data e hora do certame, bem como para participação e credenciamento; a apresentação das propostas, seu julgamento e classificação; impugnação do ato convocatório e recursos; dotação e procedimento; responsabilidade e obrigações; pagamento; penalidades por descumprimento das condições e entidades participantes; adjudicação; fiscalização; contratações; modelos de apresentação da proposta, credenciamento, declaração que não emprega menor, inexistência de fato impeditivo, elaboração independente de prova, cumprem plenamente os requisitos para habilitação, concorda com todas as exigências do referido edital; e minuta de contrato.

Quanto a análise contratual, verifica-se que a minuta apresentada no processo observou o disposto no Art. 55 da Lei n.º 8.666/93, em relação as cláusulas essenciais pertinentes a todo contrato administrativo, dispondo especificamente acerca do objeto e seus elementos característicos (Cláusula Primeira); do preço e das condições de pagamento, critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços; do critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento (Cláusula segunda e terceira); o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica (Cláusula Terceira); os direitos e as responsabilidades das partes (Cláusulas sexta e sétima); as penalidades cabíveis e os valores das multas (Cláusula oitava); os casos de rescisão (Cláusula nona); o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa

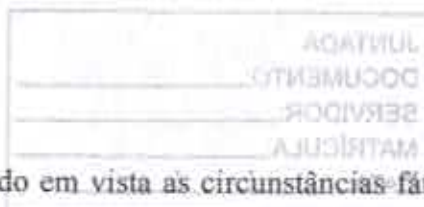
Camilla Vanessa de Queiroz Vidal
Assessora Jurídica - OAB/RN 12.324
Metrícula nº 130.517-4



prevista no Art. 77 da Lei de Contratos e Licitações (Cláusula nona); a legislação aplicável à execução do contrato (Cláusula décima); a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (Cláusula décima primeira).

Já em relação aos preços médios estabelecidos a partir dos orçamentos coletados, não se pode proceder com análise, uma vez que não foram estruturados no mapa de preços. Em razão disso, faz-se necessária a apresentação do referido mapa de preços para que se constate que os valores apresentados são compatíveis com os preços de mercado praticados, especialmente levando em conta as cotações mercadológicas juntadas ao processo licitatório.

N CONCLUSÃO



Assim, tendo em vista as circunstâncias fáticas e jurídicas expostas, opino pela regularidade da Licitação na modalidade pregão presencial n.º 022/2018, autuada no processo administrativo n.º 01905/2018, com vistas a realização de registro de preço para futura aquisição fracionada de peças originais ou genuínas, para suprir as necessidades dos veículos da frota municipal, sendo veículos leves, pesados e motocicletas, conforme termo de referência acostado nas folhas 08 a 22, recomendando-se a apresentação do mapa de preços inexistente nos autos ou justificativa licitatória para sua inexistência, em medida lúdima, serena e ponderada da gestão pública eficiente e responsável.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Coronel João Pessoa/RN, 28 de novembro de 2018.

CAMILA VANESSA DE QUEIROZ VIDAL

Advogada | OAB/RN n.º 12.324

Assessoria jurídica - Matrícula: 130517-4